

Processo 25.020/2018 – SMS

**EDITAL
DE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2018**

O Município do Rio Grande comunica aos interessados que está procedendo Chamamento Público para CREDENCIAMENTO de prestadores de serviço para realização de consultas médicas nas especialidades de gastroenterologia e cardiologia, conforme Termo de Referência Anexo I.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente Chamamento Público visa credenciar prestadores de serviço para realização de consultas médicas nas especialidades de gastroenterologia e cardiologia, e sob a responsabilidade e fiscalização da Secretaria de Município de Saúde - SMS.

1.2 - Os valores serão pagos diretamente aos credenciados e serão os seguintes:

Item	Descrição	Quantidade Máxima	Valor Unitário
01	Consulta em gastroenterologia	429	R\$ 197,50
02	Consulta cardiologia	289	R\$ 139,17

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados em prestar serviços ao Município do Rio Grande, deverão entregar os documentos indicados no Item 03 deste Edital no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos sito à Rua General Bacelar, nº 264, 2º andar, centro, nesta, a partir do **dia 18 de setembro de 2018 das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos)**.

2.2. O Credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse Edital, durante todo o seu período de vigência.

2.3. A vigência do credenciamento é de 05 (cinco) anos a contar da data de publicação do Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

2.4. O contrato com os interessados vigorará a contar de sua assinatura até o final do Prazo de vigência do Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

2.5. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observado o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da solicitação mediante termo formal e termo de recebimento emitido pela Secretaria solicitante.

3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO PESSOA JURÍDICA:

- 3.1. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, onde conste, dentro dos objetivos, a prestação dos serviços acima indicados;
- 3.2. Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ
- 3.3. Certidão de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 3.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;
- 3.5. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão;
- 3.6. Registro ou inscrição do estabelecimento no respectivo Conselho de Classe Regional
- 3.7. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo Município da sede do estabelecimento;
- 3.8. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária competente.
- 3.9. Cópia autenticada do registro no CNES (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde);
- 3.10. Curriculum Vitae resumido do Responsável Técnico (cópia da C.I., diploma e certificados de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe);
- 3.11. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta;
- 3.12. Declaração emitida pela proponente, na qual têm pleno conhecimento de todos os serviços licitados, condições de credenciamento e valores descritos neste Edital e Anexos;
- 3.13. Requerimento de Credenciamento Anexo II deste Edital devidamente preenchido.
- 3.14. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos - Modelo Anexo III
- 3.15. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal - Modelo Anexo IV

4. – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

4.1 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via a saber:

- a) em original (não serão devolvidos)
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro (a), por membro da Comissão,
- c) ou publicação em órgão da imprensa oficial,
- d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível.
- e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.2 - Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

4.3 - Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os procedimentos deverão ser efetuados em local disponibilizado pelo credenciado, no Município do Rio Grande desde que a Secretaria de Município da Saúde – SMS esteja de acordo;

5.2. O credenciado deverá disponibilizar os equipamentos e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades;

5.3. Caso os prestadores não possuam capacidade instalada para atender a demanda em sua totalidade, é interesse desta Secretaria, que mais de um prestador seja credenciado;

5.4. Caso haja mais de um prestador interessado, a quantidade de procedimentos poderá ser mantida, ampliada ou dividida, de acordo com a capacidade de oferta de cada prestador e a necessidade técnica e capacidade financeira da SMS;

5.5. O prestador deverá atender a quantidade total ou a sua capacidade instalada, que deve ser informada no credenciamento, e no caso do não cumprimento do ofertado, a Secretaria Municipal da Saúde tomará as providências jurídicas cabíveis;

5.6. Os pagamentos referentes aos procedimentos realizados sofrerão as retenções previstas na legislação. O pagamento será efetuado mensalmente, após a realização dos exames, tendo como critério de pagamento os procedimentos comprovadamente realizados.

5.7. Não poderá exercer atividade, por credenciamento, o profissional, que for servidor público em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

5.8. O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensão a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento;

5.9. Em caso de negativa injustificada de atendimento, além do descredenciamento serão aplicadas as seguintes penalidades;

a) Advertência;

b) multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do procedimento solicitado e não executado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

5.11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observado o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da solicitação mediante termo formal e termo de recebimento emitido pela Secretaria Municipal da Saúde.

6. É VEDADO

6.1. O trabalho do credenciado em dependências ou setores próprios do Município;

6.2. O credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município, bem como pessoas jurídicas com as quais esses mantenham qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, conforme art. 9º, inciso III e § 3º, da Lei 8.666/1993;

6.3. A cobrança de qualquer valor de familiares, por parte da instituição, pelos atendimentos acordados com o Município por meio do presente termo.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão mensais, vinculados ao quantitativo do objeto executado, sujeito a fiscalização.

7.2. O valor será reajustado, anualmente, pela variação da URM, tendo como data base a data de publicação do Edital de Chamamento.

8. FORMALIZAÇÃO

8.1. O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, conforme Anexo III – Minuta de Termo de Credenciamento, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital, bem como aquelas previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993, que lhe forem pertinentes.

9. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

9.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente Edital de Chamamento Público deverão ser dirigidos ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos e protocolizados durante o horário de expediente das **13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos)**, até 24 horas anteriores a data marcada para início da entrega de documentos

9.2. Da decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis que deverá ser redigido ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos e protocolizados durante o horário de expediente **das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos)**.

10. INFORMAÇÕES

10.1. Informações serão prestadas aos interessados no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos sito a Rua General Bacelar, nº 264, 2º andar, centro, nesta, Telefone (53) 3233.8417, durante o horário de expediente das **das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos)**, onde poderão ser obtidas cópias do Edital. O edital estará disponível também no site desta Prefeitura www.riogrande.rs.gov.br.

11. - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Requerimento de credenciamento

Anexo III – Modelo de declaração de não emprego de menor

Anexo IV – Declaração de não emprego de funcionários Municipais.

Anexo V – Minuta de Termo de Credenciamento

12. Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, suas alterações e legislação complementar.

13. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 27 de agosto de 2018.

Ademir Giambastiani Casartelli.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.